



## O DISCURSO RELIGIOSO E O SIMULACRO DE AMPARO AO SUJEITO

João Paulo Martins de Almeida<sup>1</sup>

Maria Virgínia Borges Amaral<sup>2</sup>

*A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo. [...] a crítica da religião é o germe da crítica do vale de lágrimas que a religião envolve numa auréola de santidade (Karl Marx).*

Neste trabalho, toma-se por fundamento a Análise do Discurso como um campo de saber ancorado, teórica e metodologicamente, no materialismo histórico, para ler e desvelar as contradições do discurso religioso, mormente o do cristianismo evangélico como uma expressão do discurso do capital na sociedade urbana brasileira. A partir das contribuições teóricas de Amaral (2021), Courtine (2016), Indursky (2019) e Orlandi (1984, 2006), trabalha-se com o discurso como objeto de análise, tendo como pressuposto a observação das condições de produção de uma sociedade em que discursos religiosos circulam e, a partir deles, observa-se a expressão de um fascismo que se manifesta. As noções de *memória discursiva* e *interdiscurso* serão essenciais para este trabalho, uma vez que a discussão aqui proposta se volta às possibilidades produtivas (ou parafrásticas) e/ou criativas (ou polissêmicas) dos efeitos de sentido do discurso fascista no Brasil. Tal discurso se assenta sobre elementos da religiosidade postos em circulação desde a Ação Integralista Brasileira (AIB), na década de 1930. Sustentar-se-á que existem elementos intradiscursivos deste movimento sociopolítico que são resgatados na contemporaneidade, o que demonstra haver uma tensão entre passado e presente, entre o já-dito, o reformulado e o ressignificado. Tudo isso se dará a partir da observação da *sequência discursiva de referência* (SDr) (COURTINE, 2016) que se toma para análise: “Deus, pátria e família”.

### A SDR “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” E SUAS ORIGENS, DO PROTESTANTISMO HISTÓRICO À AIB

Na SDr tomada para análise, percebe-se um sujeito enunciator determinado – a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista inspirado no nazifascismo europeu –, que se opunha à ordem política vigente e às “ameaças comunistas” – ou melhor, aos diversos partidos políticos que se organizavam contra a dominância burguesa do início do século XX, a partir dos estudos de Marx. A circunstância de enunciação se refere à década de 1930, mais precisamente no ano de 1932, quando a AIB lança seu manifesto como movimento político com intenções eleitorais (GONÇALVES; NETO, 2020). Neste documento, conhecido como o *Manifesto de 7 de outubro de 1932*, o integralismo defende a liberdade de empreender, o capitalismo, a valorização do modelo mononuclear de família e o catolicismo cristão como bases da

<sup>1</sup> Doutorando em Análise do Discurso do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Licenciado em Letras Português/Inglês pelo Centro Universitário Uniseb. Pesquisador do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/UFAL).

<sup>2</sup> Professora doutora dos Programas de Pós-Graduação em Linguística e Literatura e em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Pesquisadora do CNPq. Líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/UFAL).

sociedade brasileira. Excluem-se, logo, a possibilidade de uma economia não baseada no poder destrutivo do capital, da formação de diferentes arranjos familiares, do pluralismo religioso. Tudo que foge ao estritamente estipulado pela AIB em seu manifesto é visto como inimigo a ser combatido – a ser *eliminado*. Este discurso autoritário, cujo mote é a eliminação do outro, portanto, inscreve-se em uma formação discursiva fascista, cujo sentido engendrado é o de que prevê sua supremacia perante outrem. Como dito por Orlandi (1984, p. 20), esta é uma característica do *discurso autoritário*, que “procura absolutizar um sentido só de tal maneira que aquele não se torne o dominante, mas o único. Portanto, no discurso autoritário a polissemia é contida [...]”, o que significa dizer que o discurso fascista brasileiro não admite a produção de sentidos outros – outros sentidos de Deus, de pátria e de família, distintos dos do manifesto integralista.

Uma vez classificado o discurso autoritário, falemos, então, do discurso religioso. Segundo Orlandi (1996), sua principal característica é a de que ele faz ouvir a voz de Deus ou de seus enviados (profeta, pastor, padre). A autora aborda o discurso religioso (doravante DR) como apresentando características gerais. O discurso religioso é “aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado” sendo, portanto, “mais informal”; o discurso teológico é o tipo de “discurso em que a mediação entre a alma religiosa e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas, e onde o teólogo [...] aparece como aquele que faz a relação entre os dois mundos: o mundo hebraico e o mundo cristão”, sendo, assim, “mais formal” (ORLANDI, 1996, p. 246-247).

É possível falar, no entanto, em DR de maneira globalizante. De modo geral, observa-se que o discurso religioso opera por meio de um desnivelamento, de uma assimetria na relação entre o locutor e o ouvinte: o locutor está no plano espiritual (Deus), e o ouvinte está no plano temporal (os adoradores). As duas ordens de mundo são totalmente diferentes para os sujeitos, e essa ordem é afetada por um valor hierárquico, por uma desigualdade, por um desnivelamento. Deus, o locutor, é imortal, eterno, onipotente, onipresente, onisciente; em resumo, o todo-poderoso. Os seres humanos, os ouvintes, são mortais, efêmeros e finitos. O ideal do DR é que o “representante”, o que “se apropria do discurso de Deus”, não o modifique. Ele deve seguir regras restritas reguladas pelo texto sagrado, pela Igreja, pelas liturgias. Deve-se manter distância entre “o dito de Deus” e “o dizer do homem”.

É esperado, logo, que a interpretação da palavra de Deus seja regulada por quem a detém, por quem se apresenta como representante de Sua palavra. E, em possuindo a representatividade da palavra Dele, não questiona nem sua legitimidade, tampouco os sentidos que o discurso religioso, proferido por um padre, um pastor, um rabino etc., engendra. Assim, percebe-se que há uma confluência entre o discurso autoritário e o discurso religioso, já que “os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monossemia” (ORLANDI, 1996, p. 246). É nestes termos, em que a polissemia é contida e um sentido único é intentado ser dominante em dada formação discursiva, que percebemos que o discurso religioso cristão no Brasil apresenta forte tendência discursiva autoritária, não aberta a outras interpretações.

Uma leitura conservadora da religião, autoritária dos dizeres e dos sentidos por eles engendrados, ganham representação, na esfera política, em discursos igualmente autoritários e/ou fascistas. Não à toa que, nos estágios de desenvolvimento do capitalismo que observamos aqui (1932 e 2018), os sentidos de “Deus” são mobilizados em defesa do próprio sistema econômico, tendo seu rival, “o diabo”, representado pelo “comunismo” e pela própria democracia. O discurso religioso é, assim, *apropriado* pelo discurso

autoritário para a defesa do capitalismo, interpelando sujeitos que, desamparados no mundo, procuram-lhe atribuir um sentido para nele navegar, buscam uma ética de comportamento e de sobrevivência neste mundo hostil. Esse sujeito irá encontrar uma pretensa segurança no simulacro de amparo promovido pelo discurso religioso, interpretando o mundo sob a ótica do discurso dominante, que coloca o capitalismo como seu “Deus” e as formas de combate a esse sistema como o próprio “diabo” – como o mal a ser evitado.

Mobilizado pelo discurso religioso, o sujeito é “interpelado pela ideologia que predomina nesse projeto civilizatório de sociedade, a *formação ideológica do capital*” (AMARAL, 2021, p. 2), uma vez que esta formação ideológica impregna, também, o discurso religioso, mormente com o advento da “teologia da prosperidade”. Crendo-se beneficiado pelo projeto capitalista em sua ascensão profissional e acesso a bens materiais, “também se desola quando se vê abandonado pelo mesmo projeto ao qual foi submetido, imposto por interesses que lhes são alheios” (idem). É nestes termos que se assevera que o sujeito se torna, pois, desamparado: por um lado, o capitalismo lhe interpela, afirmando que, através do trabalho, da disciplina e de sua “liberdade” ao desempenhar o labor obterá conforto material; por outro, a contradição inerente do modo de produção capitalista – a de que o lucro a ser perseguido ficará concentrado nas mãos de quem detém os meios de produção, enquanto as/os trabalhadoras/es nada obterão, a não ser um salário que mal preencha suas necessidades materiais pela venda de sua força de trabalho – retira-lhe as esperanças, o amparo inicial de que, com seu trabalho, obterá o conforto material necessário à sua reprodução vital. Há um batimento entre esperança e desesperança, amparo e desamparo. Desamparados, pois, os sujeitos precisam de novo ânimo para não se sentirem à deriva do mundo. É neste intervalo que o discurso religioso surge como anteparo para a alma, para a subjetividade – e, em conseqüente, para a manutenção do modo de produção capitalista tal qual o conhecemos.

Para Weber (2013), foi a chamada “ética protestante” que impôs uma nova maneira de se relacionar com o trabalho e a acumulação de riquezas. O lucro, desde que para glorificar Deus, era não só permitido, como estimulado. Isso só é possível com o advento da Reforma Protestante de 1517, época em que as bases do capitalismo mercantil são colocadas. Neste período, muito do que era considerado como pecado pela doutrina católica perde seu sentido: a poupança, por exemplo, não mais era vista como algo negativo, mas um objetivo a ser perseguido pelo ascético, um sinal de disciplina. Há, portanto, a partir do protestantismo histórico, uma ruptura com a ética católica de fazer boas ações dispersas e de se afastar dos bens materiais, ideias promovidas na Idade Média.

Max Weber (2013) dirá que o “espírito do capitalismo” advém, assim, do protestantismo, especialmente porque, na ruptura com a ordem social vigente, observam-se o trabalho e o lucro não de um ponto de vista disperso do cristianismo católico, mas sob a ótica da *racionalidade* e da *organização sistemática*. Estas são características absolutamente imprescindíveis para o desenvolvimento do capitalismo e que, como já apontava o autor no início do século XX, foram mantidas no processo econômico – ainda que destituídas do seu caráter estritamente religioso. A tese weberiana é de que os protestantes históricos, mormente os calvinistas, com sua disciplina para o trabalho, sua perseguição ao lucro, sua objetividade e racionalidade na produção assentaram as bases do capitalismo contemporâneo.

A teoria calvinista, lembra-nos Weber (2013), trabalhava com a ideia de predestinação, qual seja, a de que os sujeitos eram predestinados a uma vida eterna no paraíso, junto a Deus. No entanto, essa não era uma certeza dada, sendo preciso que os homens seguissem regras éticas para o trabalho, para a

convivência, para a organização familiar e social. Trabalhando em Terra, garantiriam o espaço no Céu, que já lhe era predestinado, mas garantido apenas se o merecesse e por ele trabalhasse.

Neste diapasão, é preciso lembrar que, no sistema capitalista, nem todos são “predestinados”, ficando às suas margens. Por isso, levantamos a hipótese de que é preciso que o discurso religioso seja resgatado e reinterpretado como amparo ao sujeito marginalizado, para que lhe dê a esperança de que ele, também, é um predestinado. Os sujeitos, na *ilusão da prosperidade e da predestinação*, serão, enfim, escolhidos. Este é o simulacro do amparo que viemos anunciando, assentado no modo de produção contraditório desta sociedade que necessita expropriar o sujeito de seus direitos, dando-lhe em retorno uma ilusão de melhora de suas condições reais de existência. O funcionamento desta ilusão é o de aceitar o sentido autoritário e monossêmico do discurso religioso: *as coisas são assim porque Deus quer*. É uma forma, então, de manter os trabalhadores sob o controle do discurso dominante da burguesia; de ter fé e paciência; de que sua hora finalmente chegará; de, enfim, naturalizar a desigualdade social.

## O DISCURSO RELIGIOSO NEOPENTECOSTAL E SUA APROPRIAÇÃO PELO DISCURSO FASCISTA

Neste momento da análise, em que falaremos sobre como o discurso religioso de cunho neopentecostal opera consequências no discurso fascista brasileiro, faz-se mister que voltemos à SDr que adotamos: “Deus”, “pátria” e “família”. Outras a elas se juntam, tal é o caso de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (SD 2), *slogan* presidencial de 2018.

Os saltos temporais que aqui pretendemos – de 1932 a 2018 – não se dão em estrita obediência a uma ordem cronológica, apesar de ser ela importante na consideração das condições de produção históricas do discurso. Aqui nos filiamos ao entendimento de Orlandi (1984) de que os sentidos não são lineares ou cronológicos: antes, são *intervalares*, deslocando-se no tempo e no espaço de maneira muito peculiar. Por isso, é possível afirmar que, mesmo sob condições de produção distintas, algo permanece do sentido fascista original de 1932, que mobilizava o discurso religioso para se afirmar; em não sendo o sentido institucionalizado, sedimentado (idem, 1984), ainda assim perdurou, a ponto de ser retomado eleitoralmente e ter tido sua institucionalização intentada pelo governo atual. O intervalo dos sentidos, de quase 100 anos, não levou a seu apagamento, isto devido à sua permanência na memória discursiva, acionada e resgatada com eficácia no pleito de 2018.

O espaço e o tempo da linguagem são outros. É nisso que tropeçam os modelos com sua segmentalidade. O espaço do texto não é fechado em si mesmo, tem relação com o contexto de situação e com outros textos. É intervalar, assim como **o sentido é intervalar**: não está em nenhum dos interlocutores especificamente mas no espaço discursivo constituído pelos/nos dois interlocutores (ORLANDI, 1984, p. 16, grifo nosso).

Novamente recorrendo a Orlandi (2006), tome-se como exemplo um dos elementos discursivos na análise aqui proposta: “família”. Quando se enuncia tal palavra, ela significa “também pela memória de que ela está impregnada que, muitas vezes, desconhecemos”. Destarte, “família” integralista, a de sentido mononuclear, comunica-se de alguma forma com a família que agora se retoma como modelo no governo hodierno. O apego a este sentido de “família” também se funde ao neopentecostalismo crescente no Brasil, que geralmente exclui possibilidades familiares diversas. Assim, vemos que “família” se parafraseia significando o mesmo, já-carregada de sentidos que atravessaram as décadas.

No entanto, há a possibilidade de ruptura deste discurso dominante: os sentidos e seus efeitos são negociados, partilhados e se atrelam, também, às condições de produção do discurso. É por este motivo que sustentamos que, no discurso fascista brasileiro atual, há pontos de resistência à memória trazida interdiscursivamente e intentada ser imposta como nos anos 1930, por exemplo: a família brasileira hodierna é multifacetada, inclusive assentada em afeto do ponto de vista do Direito, que, como instituição que é, sedimenta e institucionaliza certos sentidos (ORLANDI, 2006). Disputar, pois, o sentido de “família”, que por sua vez está circunscrita a um sentido muito restritivo de “Deus”, é tarefa discursiva que se dá com percalços e conflitos.

Percebe-se que a expansão do neopentecostalismo acompanha a consolidação e a expansão do discurso dominante do mercado e de sua natureza antidemocrática, visto que o segmento social evangélico passa a ser mais bem representado a partir do aprofundamento dos discursos da racionalidade mercadológica que se expandiu no contexto brasileiro, especialmente a partir do golpe de 2016. Ao interpelar e, conseqüentemente, assujeitar os indivíduos às condições de opressão, dando-lhes guarida e prometendo-lhes conforto material num sempre-devir, o discurso religioso hodierno, ao servir de amparo e horizonte para o sujeito destituído de cidadania em um Estado mínimo, o conduz nesta “sociedade do espetáculo”, como compreende Debord (1997), uma sociedade organizada sob “relações sociais entre pessoas mediadas por imagens”. As imagens, produzidas no âmbito do discurso religioso, dão-se em formas específicas que servem de simulacro da realidade (cânticos, adornos, fotografias e vídeos nas redes sociais e no televangelismo, *shows gospel* etc.) e possuem relevo para a reprodução da vida social, voltada à produção, ao consumo e ao entretenimento. Não implicam a eliminação dos aspectos deletérios do capitalismo, o real promotor das desigualdades sociais que levam os sujeitos a se sentirem desamparados. E ainda trazem uma visão de mundo pouco democrática, que se assenta em discursos políticos de veia autoritária e fascista, como no caso hodierno brasileiro. Isso é elevado, assim, à esfera de poder do Estado; o discurso religioso, sendo-lhe própria a homogeneização dos sentidos e dos sujeitos (ORLANDI, 1996), funciona como o discurso político de fato, entrando em conflito com a própria democracia e seu pluralismo de vozes e sentidos.

E por que se classifica este discurso como fascista? Há um conjunto de elementos que classificam tal discurso como produtor de sentidos fascistas, que procuram homogeneizar a sociedade, eliminar os adversários, criminalizar a própria política, marginalizar o diferente – produzir sentidos únicos, em suma. Há, como Indursky (2019) nos chama atenção, uma identificação com uma posição-sujeito fascista, representada pela homenagem à ditadura militar ao torturador Ustra no voto do então deputado federal Jair Bolsonaro a favor do golpe em Dilma Rousseff:

SD 3 – Pela **família**, pela inocência das crianças na sala de aula, que o PT nunca teve (sic), **contra o comunismo**, pela nossa **liberdade**, pela **memória** do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo **exército** de Caxias, pelas nossas **Forças Armadas**, por um **Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos**, eu voto sim!

Perceba-se, assim, que a memória, acionada e enunciada no voto acima, resgata o lema integralista, ademais de exaltar o exército e sua ditadura, seu simulacro de “marcha pela liberdade”, culminando, por fim, no totalitarismo da SD 2: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Freda Indursky (2019) é quem nos lembra: talvez, de forma consciente ou não, este lema resgata, também pelo

interdiscurso, a divisa da Alemanha nazista *Deuchtsland uber alles*, que se traduz como “Alemanha acima de tudo”.

A filiação ao fascismo se verifica, assim, pela investigação histórica, da análise discursiva, da observância dos efeitos de sentidos que são construídos a partir da posição de quem enuncia e das circunstâncias da sua enunciação. É fruto, assim, da análise dos sentidos do discurso religioso que engendra sentidos de amparo, mas também de desamparo; que operam pela fraternidade, mas que, no Brasil de hoje, promovem a ideia de um Deus punitivista e desagregador, que orienta o único amparo possível pelo fortalecimento do capital, e não do social. Sentidos que se disputam, que se consolidam como hegemônicos, e que são combatidos por quem deles discordam – por quem trata de fazer da paráfrase dominante exercício polissêmico, que neste caso significa mesmo dizer exercício de resistência.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Contraidentificação do sujeito/trabalhador na modernidade**. [S. l.], 2021.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias** – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, 2016.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- INDURSKY, Freda. Que sujeito é este? *In*: **Silêncio, memória e resistência**: a política e o político no discurso. Pontes Editores: Campinas-SP, 2019.
- GONÇALVES, L. P.; NETO, O. C. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- MANIFESTO de 7 de outubro de 1932. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ORLANDI, Eni. Análise de discurso. *In*: **Discurso e textualidade**. Pontes Editores, 2006: Campinas, SP.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? *In*: **Linguística**: questões e controvérsias. Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984: Uberaba.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.